

**JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)**

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

**IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA**



16. RECONQUISTAS DE JUSTINIANO NO OCIDENTE

Lyvia Vasconcelos Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ORCID: 0000-0001-5887-7831

lyviasvasconcelos@gmail.com

Sumário: O governo de Justiniano (527-565) foi marcado pela atividade militar de reconquista dos territórios da África e da Itália. Uma análise da documentação produzida no século VI d.C. pode contribuir para uma maior compreensão dos elementos que envolveram as batalhas dos romanos do oriente no ocidente.

Então apareceu o imperador Justiniano, confiado por Deus com esta missão, cuidar de todo o Império Romano e, tanto quanto possível, refazê-lo (Procop. *Aed.* 2.6.6).

O que chamamos “Império Bizantino” foi um aglomerado de diferentes grupos, disputando um espaço físico e simbólico, por meio de muitos conflitos, diálogos, distúrbios, interações e revoltas. No entanto, muitas vezes, a longevidade deste império é tratada como algo historicamente inevitável, enfatizando a centralidade e controle do poder imperial, face à desintegração territorial do Ocidente. O discurso sincrônico da história política bizantina, produzido com base na afirmação sobre a centralidade do sistema imperial, pode esconder os esforços originais que cada governo demandou na relação com os seus súditos. Justiniano I (527-565), por exemplo, precisou adotar medidas diversas para demonstrar, promover e legitimar o seu governo, utilizando recursos retóricos e imagéticos, almejou enfatizar os sucessos militares e associar a sua imagem à devoção divina.

Justiniano é um dos imperadores bizantinos mais abordados pela tradição historiográfica. Sua relação com Teodora, uma antiga atriz, inspirou romancistas e historiadores e, até mesmo “do paraíso”, a alma de Justiniano conta a história do império ao poeta da Divina Comédia, Dante Alighieri¹. Seu

¹ 4.10-27.

governo é discutido através das fontes que relatam a atuação imperial e por meio de seus próprios escritos jurídicos. Relatos de autores do século VI d.C., que trataram diretamente dos acontecimentos de seu governo, disponibilizam um grande aparato de informações e possibilidades interpretativas. Dentre esses autores podemos citar Agapito que, objetivando fornecer conselhos ao imperador, afirma ter Justiniano “[...] uma dignidade acima de qualquer outra honra, [...], essa honra – além de todos os outros – Deus, que te dignificou. Pois foi à semelhança do Reino Celestial que ele te deu o cetro do governo terreno [...]” (*Conselhos ao imperador Justiniano* 1). Paulo Silenciário (membro dignitário do corpo do exército), num panegírico contendo a descrição da Santa Sofia (*Ekphrasis*) escreve: “[...] mas vem, frutífera Roma, coroando nossa vida dada pelo imperador, vestindo ele abundantemente com hinos puros, não porque ele adequou seu jugo às nações da terra, nem porque ele ampliou os imensuráveis espaços de seu trono para além das fronteiras ultra periféricas [...]” (*Descrição da igreja de Santa Sofia* 135-150). Se a sua *Descrição* é acima de tudo para apresentar a restauração daquela igreja, por ordem de Justiniano, podemos ver claramente no seu texto os fundamentos da ideologia imperial do período².

Procópio de Cesareia³, Agátias de Mirina⁴ e João Malalas⁵ se destacam na apresentação de informações sobre o governo de Justiniano. É atribuída ao primeiro a composição de três escritos com características muito diferentes, oferecendo um quadro heterogêneo de informações sobre o século VI d.C.: oito livros intitulados *Guerras*, sobre as batalhas de Justiniano contra os bárbaros do Ocidente e do Oriente, uma *História Secreta* que apresenta-se como um corpo de informações maliciosas sobre os mesmos eventos narrados anteriormente, e *Edifícios*, uma narrativa sobre as construções religiosas e militares, principalmente, realizadas durante o governo de Justiniano. Agátias compôs uma *História* em cinco livros, relatando os acontecimentos posteriores à narrativa de Procópio, e João Malalas escreveu uma *Crônica* sobre os acontecimentos do tempo de Adão ao século VI d.C.. A obra é o único documento que menciona o fechamento da

² Bell 2009 14.

³ Procópio nasceu em Cesaréia, na Palestina. Atuou como “conselheiro” do general Belisário nas suas expedições à Pérsia, África e Itália de 527 a 540.

⁴ No prefácio de outro escrito, denominado *Ciclo*, Agatias menciona um imperador sem nomeá-lo. Averil e Alan Cameron (1966 23) afirmam que Justiniano poderia ser o personagem imperial elogiado na obra, já que uma parte do prefácio é dedicada ao relato do poder romano em expansão, resultado das guerras para “reconquistar” os territórios que pertenceram ao império romano.

⁵ A avaliação sobre o seu trabalho posiciona a *Crônica* como um modelo seguido pelos autores que o sucederam no mesmo gênero. Elizabeth e Michael Jeffreys, juntamente com Roger Scott (1986 xxiii), na tradução que elaboraram da obra de Malalas, afirmam que, aparentemente, a *Crônica* circulou em duas edições. A original teria alcançado o final do livro 17 e foi conhecida em Antioquia, no início de 530. A versão atualizada ampliou a crônica até os eventos do governo de Justiniano, adicionando o livro 18, quando percebemos uma mudança de cenário e ponto de vista, de Antioquia para Constantinopla.

escola neoplatônica ateniense durante o governo de Justiniano e parece apresentar informações muito próximas daquelas veiculadas pelo próprio imperador.

1. Justiniano e o projeto de Reconquista

Justiniano nasceu em 482, tendo assumido o trono em 527, depois da morte de seu tio Justino, que o havia adotado alguns anos antes e estabelecido uma corregência. Sua personalidade e importância histórica suscita julgamentos contrastantes por parte de seus contemporâneos e, posteriormente, da produção historiográfica. Ainda sob o governo de seu tio, em 521, como cônsul, Justiniano teria proporcionado alguma satisfação à população de Constantinopla fazendo do seu consulado “o mais famoso de todos aqueles no oriente, sendo considerado o mais generoso em seus donativos. Pois 288 mil moedas de ouro foram distribuídas ao povo ou gastas em espetáculos ou em suas propriedades”⁶.

A imagem de Justiniano como imperador é repleta de ambiguidades, talvez pela própria natureza das fontes existentes. Em uma de suas obras, Procópio de Cesareia destaca o esforço do imperador “investido por Deus”⁷ para mudar a topografia do império, “transformando a sua aparência em termos de beleza e força [...]”⁸. Já em outro escrito procopiano, polêmico pelas afirmações radicais contra o imperador,⁹ Justiniano é caracterizado como um comandante da tirania [*tyrannida*]¹⁰ e corruptor da moral [*diaphthoreus tōn eu kathestōtōn*]¹¹. O historiador se esforça em apresentar uma imagem negativa do governo em questão, mencionando, por exemplo, frente à crise urbana desenhada, a magnificência e beleza das cidades do império no passado. Assim, Justiniano “foi capaz de destruir a ordem das cidades e tudo aquilo que as embelezavam, tanto em Bizâncio [como nomeia a capital] quanto nas demais”¹². O leitor é informado sobre a inatividade dos teatros, hipódromos e anfiteatros, assim como sobre a ordem de cessar todos os espetáculos em

⁶ *Chron. Marcell.* s.a.521.

⁷ *Aed.* 2.6.6.

⁸ *Aed.* 2.4.14.

⁹ A *História secreta (Anekdotá)* apresenta-se desde o início como um repositório de verdades não ditas na anterior narrativa sobre as guerras. A obra permaneceu por muito tempo desconhecida, quando em 1623 foi encontrada na biblioteca do Vaticano e ganhou centralidade nas discussões. A enorme diferença do estilo e conteúdo em relação às outras obras, *História das guerras* e *Sobre os edifícios*, levantou suspeitas quanto à sua real autoria. Esforços foram investidos para comprovar ou não a vinculação da narrativa com Procópio até que, em 1891, Jakob Haury (1891 9-27) demonstrou uma uniformidade de estilo entre as obras. A partir daí a autoria de Procópio foi reforçada em outros estudos, desencorajando sérios questionamentos.

¹⁰ *Arc.* 10.23.

¹¹ *Arc.* 6.21-22.

¹² *Arc.* 26.1.

Constantinopla¹³. Desta forma, o governo de Justiniano teria produzido um clima de insatisfação geral, por suas medidas perversas e seus propósitos gananciosos.

Entre os estudiosos do período, Paul Lemerle, na obra de 1943, afirmou que o governo de Justiniano interrompeu o andamento normal do império, já que, ao contrário dos imperadores anteriores, ele ambicionava reconquistar as províncias ocidentais, sacrificando o “Oriente vivo”, pelo “Ocidente morto”¹⁴. James Allan S. Evans caracteriza Justiniano como uma “figura de transição, que mais que qualquer outro marcou o início do mundo Bizantino”¹⁵, seja por seus aspectos positivos: código de leis e a Igreja de Santa Sofia; seja por suas grandes deficiências: o envolvimento com dispendiosas disputas religiosas e guerras. Segundo Doug Lee, Justiniano poderia reivindicar ter feito com sucesso mais do que qualquer outro imperador em muitos anos pela tradição romana de expansão territorial, obtendo importantes vitórias nas batalhas empreendidas contra os Godos, Mouros, Vândalos e algumas contra os Persas¹⁶.

Em diferentes períodos, dentre os assuntos abordados nas avaliações do governo de Justiniano, dois merecem destaque: a relação de sua política com a religiosidade do império e seu projeto de (re)conquista dos territórios sob domínio de outros povos. A respeito do primeiro, o governo de Justiniano tende a ser visto como uma etapa importante no processo de cristianização. Segundo Frank R. Trombley, na disputa entre paganismo e cristianismo, é somente no início do século VI d.C. que vemos uma real proeminência da fé cristã amparada pela estrutura política¹⁷.

Segundo Michael Maas, dentro das mais variadas formas com as quais Justiniano promoveu a sua autoridade, podemos citar: o seu esforço para ser *nomos empsychos*, ou a lei viva; as restrições impostas às escolas de direito (depois da sua própria codificação comentar os *Digesta* foi proibido); a criação de cargos administrativos vinculados ao imperador na sua titulação, como o pretor e os procônules “de Justiniano”; o uso do título *Philochristos* e a ideia de que ele governava “pela graça de Deus”. Assim, no reino de Justiniano, “a restauração do Estado, a reconquista das províncias ocidentais e a criação de um novo código de leis foram apresentadas como uma função do império cristão”¹⁸.

Justiniano elaborou um código legislativo constituído pela compilação de todas as constituições imperiais promulgadas desde Adriano até o período de seu governo, finalizando, em 529, o denominado *Codex Iustinianus*. A partir de então, as obras legislativas, sob a organização do imperador, ampliaram-se,

¹³ Arc.26.8-9.

¹⁴ Lemerle 1993 46.

¹⁵ Evans 1968 126.

¹⁶ Lee 2013 257.

¹⁷ Trombley 2007 201.

¹⁸ Maas 1992 15-18.

constituindo um material que denominamos *Corpus iuris civilis* ou “Corpo de direito civil”. No texto *Constitutio Deo auctore*, presente naquele código de leis, vemos claramente a referência ao sentimento de dever bélico e unificação religiosa do imperador. Segundo o escrito,

Governando sob a autoridade de Deus nosso império, que foi entregue a nós pela Sua Majestade Celestial, guerreamos com sucesso, adornamos a paz, restauramos a estrutura do Estado, e assim, elevamos nossas mentes na contemplação do auxílio da onipotente divindade [...] ¹⁹.

Acima de tudo, Justiniano tinha como objetivo o sucesso militar, fundamentado e justificado por um efusivo argumento religioso. Ao analisar o papel que a retórica imperial desempenhou na formação da opinião pública, da consolidação da República ao sexto século, Sarolta A. Takács observa que a guerra e a religião tiveram sempre proeminente papel na estrutura simbólica que a sociedade romana desenvolveu de representação de si e de glorificação individual ²⁰.

Um mosaico na basílica de São Vital, em Ravena, representa a condição imperial. A imagem mostra Justiniano no centro, dividindo o espaço com dois grupos de homens ligados aos âmbitos religioso e militar, como se almejasse equilibrar essas duas forças. Nas mãos de Justiniano, vemos a representação dos protótipos bíblicos da oferta e sacrifício exibidos em destaque, já que o imperador carrega um recipiente que sugere associação com o rito da eucaristia ²¹. Apesar de conter imagens de guardas, oficiais da corte e eclesiásticos, somente o arcebispo Maximiano é nomeado, o que poderia significar que a Igreja “simbolicamente e fisicamente protege Justiniano que, como Constantino I antes dele, controlava os assuntos da Igreja para os seus próprios propósitos políticos” ²².

Juntamente com a unidade religiosa e em conformidade com ela, Justiniano empreendeu uma unidade territorial, iniciando um grandioso projeto de incorporação dos territórios outrora pertencentes ao Império Romano. Encontramos referência a esse objetivo de “restauração” ²³ no *Corpus Iuris Civilis*, quando o texto informa que “[...] somos [Justiniano e seus oficiais] inspirados com o desejo que Deus nos conceda o domínio sobre o resto do que, sujeito aos antigos Romanos os limites de ambos os mares, eles mais tarde perderam por sua negligência” ²⁴. Associado a um conjunto de ações, o

¹⁹ Just. *Constitutio*. 1.

²⁰ Takács 2009 01-03.

²¹ Consultar Kitzinger 1977 82.

²² Takács 2009 120.

²³ O discurso de restauração não é uma novidade, como informa Paul Alexander (1962 349) e poderá ser encontrado na representação ideológica da política bizantina durante o longo percurso do império.

²⁴ *Novellae* 30.11.2.

discurso imperial justiniânico afirma valores do passado romano, vinculando a imagem do império à supremacia da lei e ao poder militar²⁵.

O projeto de Reconquista dos territórios ocidentais, entretanto, não parece ter sido o foco inicial do governo de Justiniano. A luta contra os Persas envolveu boa parte dos recursos materiais e humanos e, ao menos na documentação que dispomos, aparece sempre como ponto central da atividade bélica. Segundo Procópio, tendo ouvido que Belisário atacaria os Godos em Ravena, no início da primavera, Vitigis, rei dos Godos, resolveu buscar o auxílio de outros bárbaros. Os godos mais velhos e sábios aconselharam Vitigis da seguinte forma: disseram que Justiniano não tinha feito guerra com os bárbaros do ocidente, antes do tratado de paz acordado com os Persas. Foi somente depois disso que os Vândalos e Mouros foram destruídos e os Godos estavam sofrendo ataques. Alguém, então, deveria despertar novamente a hostilidade entre o rei dos Medos e o imperador Justiniano²⁶.

De fato, somos informados que Khusro, o rei persa, foi incentivado a cometer novos atos de ultraje contra os Romanos, enquanto um tratado de paz ainda estava em vigor e, por fim, realizou uma invasão no solo romano, rompendo o acordo²⁷. Quando Justiniano ouviu que os Persas estavam planejando o seu fim, decidiu suspender a guerra no Ocidente o mais rápido possível e chamou Belisário de volta para lutar no Oriente²⁸. Desta forma, apesar de não relatar nenhuma grande conquista territorial de Justiniano contra os Persas, Procópio parecia considerar a rivalidade contra esse povo, elemento importante para a *renovatio imperii* proposta pelo imperador.

2. Reconquista da África

A conquista dos territórios no norte da África configura-se como uma das mais bem sucedidas atividades bélicas de Justiniano e rendeu ao general Belisário uma cerimônia triunfal em Constantinopla, em 534.

Procópio oferece um relato detalhado da sequência de acontecimentos envolvendo Vândalos, Mouros e as tropas do imperador Justiniano²⁹. Segundo Procópio³⁰, a rivalidade com os Vândalos, em especial, começou desde que eles, vindos da Hispânia, chegaram à África, e terá consequências mais graves, pois

²⁵ Lee 2013 256.

²⁶ Procop. *Goth.* 6.22.12-17.

²⁷ Procop. *Pers.* 2.5.

²⁸ Procop. *Pers.* 2.14.8.

²⁹ Agátias parece se justificar por não narrar com detalhes os eventos decorrentes da guerra contra os Vândalos, devido à riqueza da descrição fornecida pelos escritos de Procópio de Cesareia, que narrava a luta de Justiniano contra Gelimer, o chefe dos Vândalos, bem como a conquista de Cartago e de toda a África uma vez mais (*HGM*. Proem. 24).

³⁰ Procop. *Vand.* 3.4.1.

Genserico, chefe vândalo, expande sua atuação, fazendo incursões na Sicília, na Itália, em parte da Grécia continental e nas ilhas, aproximadamente em 450. De acordo com Procópio, na época em que Justiniano já era imperador, Gelimer usurpou o poder dos Vândalos, acusando o rei anterior de entregar o controle de seu povo aos romanos. O imperador enviou, então, uma carta em desaprovação a essa atitude, citando o tratado de não agressão, feito entre romanos e bárbaros, durante o governo de Genserico³¹. Quando Gelimer respondeu demonstrando disponibilidade para qualquer enfrentamento, Justiniano encontrou motivo para, colocando fim à guerra com os Persas, lançar o seu exército contra os Vândalos, na Líbia. A ponderação o fez desistir do projeto tão logo ouviu a opinião contrária à invasão, cujo principal argumento era o desgaste irreparável do tesouro bizantino e das vidas dos soldados, já que a vitória não compensaria os gastos e a derrota seria, por demais, penosa. Entretanto o imperador mudou de ideia, após ouvir o relato de um bispo que afirmava ter Deus enviado uma mensagem a Justiniano por meio de um sonho, incitando-o a fazer guerra para proteger os cristãos dos tiranos, e, certamente, com ajuda divina, se tornar o dono da Líbia³². O projeto de reconquista implicava num forte apelo religioso. Segundo Procópio de Cesareia, quando a frota de Belisário partiu de Constantinopla em direção ao norte da África a cerimônia de despedida foi dirigida em tom religioso³³ e, ao menos oficialmente, a batalha pela heresia foi um motivo fundamental para a reconquista da África.

A digressão sobre as “origens” da história dos Vândalos antecede o relato dos confrontos que levaram Belisário a uma de suas maiores vitórias como general do Império. Procópio enfatiza a volta triunfante de Belisário a Constantinopla e seu consulado. Mas a luta com os Vândalos gerou consequências muito maiores. Os escritos relatam também a constante e árdua luta contra os Mouros, a insubordinação do exército romano/bizantino e a série de traições entre os romanos em aliança com os bárbaros pelo poder da Líbia (demonstrando as aspirações das elites locais em sobreposição à ideia de unidade romana). A decisiva vitória das tropas imperiais acontece em 548, mas a avaliação de Procópio não é otimista, uma vez que: “aos que sobreviveram dentre os Líbios, que eram poucos e extremamente pobres, ocorreu que, por fim e com grande dificuldade, puderam encontrar alguma paz”³⁴. Desta forma, a narrativa que apresenta o sucesso das tropas de Justiniano no norte da África, é, acima de tudo um relato sobre as dificuldades dessa reconquista.

A expedição contra os Vândalos envolveu um número significativo de recursos. Sob o comando do general Belisário, com sua esposa Antonina e Procópio de Cesareia,

³¹ *Vand.* 3.9.3.

³² *Vand.* 3.10.1-3.

³³ O navio do general Belisário ancorado na frente do palácio imperial foi abençoado pelo arcebispo Epifânio (Procop. *Vand.* 3.12.1).

³⁴ Procop. *Vand.* 4.28.52.

estavam uma infantaria de 10 mil soldados e uma cavalaria com 5 mil homens³⁵. Alguns autores chegam a afirmar que foi o sucesso da campanha na África, apesar das dificuldades, que possibilitou o projeto ambicioso de reconquista da Itália³⁶.

3. Reconquista da Itália

No vigésimo sexto ano do governo de Justiniano, em 552, Roma foi capturada pela quinta vez e Narses, imediatamente, enviou as chaves dos portões da cidade para o imperador. Os Godos fugiram e abandonaram o domínio da Itália, destruindo sem piedade os romanos que encontravam no caminho. Ao mesmo tempo, os bárbaros do exército romano trataram como inimigos todos aqueles que eles encontraram quando entraram na cidade³⁷. No meio das negociações da trégua, mil godos se separaram do corpo militar geral e sob o comando de diferentes homens foram para outras cidades. O restante jurou e confirmou todos os detalhes do acordo. Assim, os Romanos capturaram a região e o décimo oitavo ano de confrontos colocou um fim na guerra gótica. Desta forma Procópio de Cesareia encerra sua narrativa sobre as guerras de Justiniano na reconquista da Itália, fazendo uma avaliação religiosa de predestinação dos eventos. Segundo o autor, depois de algum tempo de luta, os Godos enviaram a Narses alguns de seus notáveis para dizer que eles sabiam que a batalha que tinham assumido era contra Deus, por isso estavam desejosos por reconhecer a derrota e desistir da guerra, não, entretanto, para obedecer ao imperador, mas para viver em liberdade³⁸.

O pretexto principal para a Guerra contra os Godos foi a morte de Amalásunta, filha do rei ostrogodo Teodorico, assassinada pelo novo imperador Teodato, que tinha chegado ao poder com a ajuda dela. Mundus foi enviado pelo imperador Justiniano à Itália e, em seguida, Belisário, acompanhado de quatro mil soldados das tropas regulares e bárbaros aliados, trezentos isaurianos, duzentos hunos e trezentos mouros³⁹.

A desconfiança do imperador com relação à conduta de Belisário teria levado ao envolvimento de outros generais como Germano, morto em 550, e o eunuco Narses, responsável pelas vitórias finais do exército imperial na Itália. Segundo Averil Cameron⁴⁰, Justiniano claramente subestimou as forças dos Ostrogodos, que ofereceram séria resistência à dominação romana oriental, o que pode explicar a duração da guerra e o alto custo dos conflitos para

³⁵ Cameron 1993 108.

³⁶ Por exemplo Halsall 2007 501.

³⁷ Procop. *Goth.* 8.33-34.

³⁸ Procop. *Goth.* 8.35.20-38.

³⁹ Procop. *Goth.* 5.5.9.

⁴⁰ Cameron 1993 114.

Constantinopla. Quando Belisário chega em Bizâncio, acompanhado de Vitigis (rei dos ostrogodos de 536 a 540), do tesouro bárbaro e do espólio romano que Teodorico (rei dos visigodos entre 418 e 451), “o mais ilustre dentre os bárbaros”, havia conquistado, ele não recebeu o triunfo como anteriormente, na vitória contra os Vândalos, embora, inegavelmente, tenha adquirido vasta fama⁴¹.

Na *Guerra gótica*, Procópio relata os sucessos da reconquista da Itália, narando os fatos ocorridos entre 535 e 550, a captura de Ravena por Belisário, em 540, a perda da cidade alguns anos depois e as vitórias do exército gótico liderado por Totila (540-544). Os anos de 552 a 558, são relatados por Agátias que inicia o seu próprio relato com os eventos envolvendo Teias, rei dos Godos, e Narses, na batalha conhecida como *Mons Lactarius*, em 552.

Conclusão

A morte do imperador Teodósio I, em 395, resulta na separação incontornável do império romano. Arcádio recebeu os territórios orientais, dentre os quais o leste da atual Turquia, as fronteiras da Pérsia, do Marrocos ao Estreito de Gibraltar e os territórios correspondentes à Argélia e a Tunísia. Honório recebeu as províncias ocidentais que se estendiam até a Britânia, incluíam a Gália e a Germânia, além da região entre o Danúbio e o Mar Negro⁴². Dentre os imperadores subsequentes, Justiniano foi aquele que mais se destacou pela atuação em prol da unidade territorial do Império Romano tal como se apresentava antes do século III d.C., disponibilizando um explícito discurso pela reconquista daqueles territórios, fundamentado pelo argumento da nova unidade religiosa.

Independente do sucesso de algumas batalhas, as conquistas de Justiniano não permaneceram ligadas ao poder de Constantinopla por muito tempo. Guy Halsall desenvolve uma série de argumentos para explicar a situação pós-reconquista justiniânica. Segundo o autor, provavelmente, o fator mais decisivo tenha sido a natureza das relações centro-periferia, pois era mais difícil demandar estratégias para manter essas regiões ligadas a uma única unidade política do que conquistar os territórios com forças militares. Além disso, apesar do discurso de restauração do passado, o exército imperial do século VI d.C. era muito diferente daquele visto no período inicial de expansão romana. As tropas de Justiniano eram compostas de um grande número de mercenários que não souberam desenvolver a função de guarnições e muitos voltaram para suas casas quando as batalhas terminavam. Outro fator a ser considerado é de ordem econômica. O mercado estabelecido entre as regiões do mediterrâneo não avançava muito além da faixa litorânea e uma fragmentação econômica pôde ser acompanhada de forma cada mais irreparável no curso do século VI.

⁴¹ Procop. *Goth.* 7.1.4.

⁴² Cameron 1993 01.

Desta forma, a cultura material do oriente romano já não desempenhava o mesmo papel proeminente na política local dos territórios afastados de Constantinopla⁴³.

Alguns pesquisadores tem se empenhado em desenvolver uma compreensão mais ampla sobre o processo de (re)conquista do Ocidente pelos romanos orientais baseada em fontes diferenciadas e comparadas. Maria Kouroumali (2013) examinou as relações entre Godos, Italianos e Romanos na Itália, durante as batalhas de Justiniano, a partir da discussão conceitual envolvendo etnicidade e identidade, mencionando algumas fontes primárias escritas e registros arqueológicos. Christopher Lillington-Martin (2018) analisou, através das informações disponibilizadas nas obras de Procópio de Cesareia, as estratégias militares adotadas pelas tropas imperiais na reconquista dos territórios do Ocidente: partes da Espanha, de Portugal e da Itália, Ibiza, Maiorca, Menorca, Córsega, Sardenha e parte do Norte de África. Segundo Lillington-Martin, é possível afirmar que o principal objetivo de Justiniano era o controle das rotas comerciais do Mediterrâneo⁴⁴.

É muito difícil escapar do peso das informações fornecidas por Procópio de Cesareia e, em geral, as análises sobre a reconquista dos territórios no Ocidente empreendida por Justiniano se debruçam majoritariamente nos escritos deste historiador, apesar das ambiguidades e contradições encontradas nas obras. Mesmo as fontes escritas contemporâneas ou quase contemporâneas aos acontecimentos não diferem tanto dos argumentos apresentados nas *Guerras procopianas*. Além disso, muito pouco ainda é somado ao conjunto parcial de informações e detalhes fornecidos pelo material escrito.

A ausência de informações sobre a reconquista dos territórios da África e da Itália, no século VI d.C., em outras fontes, talvez indique que o projeto justiniânico, algumas vezes, tenha sido superestimado pela historiografia. A perda de algumas certezas sobre a importância das guerras no governo de Justiniano e os novos problemas impostos pelas descobertas de evidências arqueológicas⁴⁵ posiciona a reconquista do Ocidente, no século VI, num lugar privilegiado dentro do debate acadêmico.

Tábua Cronológica

527 Justiniano assume o governo do Império
533 Belisário captura Cartago
540 Belisário captura Ravena
552 Narses captura Roma pela quinta vez
565 morte de Justiniano

⁴³ Halsall 2007 513-514.

⁴⁴ Lillington-Martin 2018 179.

⁴⁵ Por exemplo em Lillington-Martin 2013, Colvin 2013.

Bibliografia

Fontes

- Bell, P. (2009). *Agapetus. Advice to the emperor Justinian*, ed., trad. Liverpool, University Press 99-122.
- _____. (2009). *Paulo the Silentary. Description of the Church of Hagia Sophia*, ed., trad. Liverpool, University Press 189-212.
- Croke, B. (1995). *Marcellinus Comes. The Chronicle of Marcellinus*, ed., trad. Sydney.
- Dewing, H. B. (2006). *Procopius. History of the war*, ed., trad. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1996). *Procopius. Buildings*, ed., trad. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1935). *Procopius. Secret History*, ed., trad. Cambridge, Harvard University Press.
- Frendo, J. D. (1975). *Agathias. Histories*, ed., trad. Berlin.
- Jeffreys, E. – Jeffreys, M. – Scott, Roger (1986), *John Malalas. Chronicle*, ed., trad. Melbourne, Australian Association for Byzantine Studies.
- Thomas, J. A. C. (1975). *The Institutes of Justinian*, ed., trad. Amsterdam, North Holland.

Estudos

- Alexander, P. J. (1962), “The Strength of Empire and Capital as Seen through Byzantine Eyes”, *Speculum* 37 339-357.
- Alighieri, D. (1998), *A divina comédia*. Paraíso, São Paulo, Ed. 34.
- Bell, P. N. (2009), *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool, University Press.
- Cameron, A. – Cameron, A. (1966), “The Cycle of Agathias”, *The Journal of Hellenic Studies* 86 6-25.
- Cameron, A. (1981), “Images of authority: élites and icons in late sixth-century Byzantium” in R. Scott – M. Mullett, eds. *Byzantium and the classical tradition*. Birmingham, Centre for Byzantine Studies 205-234.
- _____. (1993), *The Mediterranean World in Late Antiquity AD 395-600*. London, Routledge.
- _____. (1996), *Procopius and the sixth century*. London, Routledge.
- Colvin, I. (2013), “Reporting Battles and Understanding Campaigns in Procopius and Agathias: Classifying Historians’ Use of Archived Documents as Source” in A. Sarantis – N. Christie, eds *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden, Brill 571-598.
- Evans, J. A. (1968), “Procopius of Caesarea and the Emperor Justinian”. *Historical Papers / Communications historiques*, 3, 1, 126-139.
- _____. (1996), *The age of Justinian*. London, Routledge.
- Halsall, G. (2007), *Barbarians migrations and the roman west, 376-568*. Cambridge, University Press.
- Haury, J. (1890/91), “Procopiana”, *Programm des Königlichen Realgymnasiums Augsburg für das Studienjahr*, Augsburg.
- Kitzinger, E. (1977), *Byzantine art in the making: main lines of stylistic development in Mediterranean*. Cambridge, Harvard University Press.
- Kouroumali, M. (2013), “The Justinianic Reconquest of Italy: Imperial Campaigns and Loyal Responses” in A. Sarantis; N. Christie, eds *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden, Brill 969-1000.
- Lee, A. D. (2013), *From Rome to Byzantium AD 363 to 565: the transformation of ancient Rome*. Edinburgh, University Press.
- Lemerle, P. (1993), *Histoire de Byzance*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Lillington-Martin, C. (2013), “Procopius on the Struggle for Dara in 530 and Rome in 537-38: Reconciling Texts and Landscapes” in A. Sarantis – N. Christie, eds *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden, Brill 599-630.
- _____. (2018), “Procopius, πάρεδρος / quaestor, *Codex Justinianus*, I. 27 and Belisarius’ strategy in the Mediterranean” in C. Lillington-Martin – E. Turquois, eds. *Procopius of Caesarea: literary and historical interpretations*. London, Routledge 157-185.

- Maas, M. (1992), *John Lydus and the Roman Past*. Antiquarianism and Politics in the age of Justinian. London, Routledge.
- _____. ed. (2005), *The Age of Justinian*. Cambridge, University Press.
- Pazdernik, C. (2005), "Justinianic Ideology and the power of the past" in M. Maas, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge, University Press 185-214.
- Rapp, C. (2005), "Literary culture under Justinian" in M. Maas, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge, University Press 376-399.
- Scott, R. D. (1985), "Malalas, The Secret History, and Justinian's Propaganda", *Dumbarton Oaks Papers* 39 99-109.
- Takács, S. A. (2009), *The construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: the rhetoric of Empire*. Cambridge, University Press.
- Treadgold, W. (2007), "The Byzantine World Histories of John Malalas and Eustathius of Epiphania". *The International History Review* 29 4 709-745.
- Trombley, F. R. (2007), "Christianity and paganism II: Asia Minor" in A. Casiday – F. Norris, eds. *The Cambridge history of Christianity: Constantine to c. 600*. Cambridge, University Press 189-209.
- Wahlgren, S. (2010), "Byzantine literature and the classical past" in E. Bakker, ed. *A companion to the ancient Greek language*. Oxford, Blackwell Publishing 527-538.
- Whitby, M. ed. (1998), *The propaganda of power: the role of panegyric in late antiquity*. Leiden, Brill.